

Anuário de Literatura

Volume 15

Número 02

A NARRATIVA CONTEMPORÂNEA E AS INVESTIGAÇÕES DA CRISE

Denise Brasil Alvarenga Aguiar
Doutora em Literatura Comparada e
Professora adjunta – IA/UERJ

**CONTEMPORARY NARRATIVE AND
INVESTIGATIONS OF THE CRISIS**

RESUMO: Discussão do sentido contemporâneo de crise no âmbito da cultura e das representações literárias; tematização do enfraquecimento das formas de identificação do indivíduo na vivência reconhecida como pós-moderna; problematização da subjetividade e do conceito de sujeito moderno na literatura; estudo de obras da ficção brasileira contemporânea em diálogo com questões da sociedade e da arte.

PALAVRAS-CHAVE: Pós-modernidade; narrativa contemporânea; identidade.

ABSTRACT: Discussion of contemporary sense of crisis in the cultural and literary representations; themes of weakening of the forms of identification of the individual in the experience recognized as postmodern; problematization of subjectivity and the concept of the modern subject in literature, the study of works Brazilian fiction in dialogue with contemporary issues of society and art.

KEYWORDS: Post-modernity, contemporary narrative, identity.

Nada iguala a extensão destes dias tão mancos.

Baudelaire

Ruptura e permanência: a ideia de crise

Nestes tempos em que o vocábulo crise frequenta o noticiário por todo o planeta, cabe esclarecer que trataremos de um certo sentido de crise, presente no âmbito da cultura, da arte e do pensamento, com o qual dialoga a narrativa literária hoje, ponto de chegada da análise aqui sugerida. De saída, é preciso discernir que a crise com a qual se enfrenta boa parte da ficção contemporânea – seja como tema, seja como reflexão sobre a linguagem – não só possui raízes bem anteriores ao fantasma que ronda a economia global nos últimos anos, como também se inscreve em um terreno bem mais “superestrutural”, relativo ao imaginário social e às representações na arte e na literatura.

Mas é preciso delimitar um pouco mais aquilo que entendemos como a ideia de crise presente como mote significativo no romance brasileiro de fins do século XX e início do XXI. Mesmo sabendo que cada época convive com suas contradições e crises, que a estabilidade social ou estética não passa de uma construção sempre relativa, há de se reconhecer que os pilares de uma modernidade que se reconhecia como projeto de futuro e tarefa do presente desde o Iluminismo sofreram consideráveis abalos.

Na direção teórico-crítica aqui adotada, a sombra daquilo que atualmente podemos entender como crise não se instaurou, no âmbito da cultura e da sociedade de fins do século XX, apenas quando muitas vezes no terreno da academia e da cultura identificaram “novos tempos”, reservando-lhes um nome que haveria de acentuar a percepção de que algo passara ou fora superado: a chamada pós-modernidade. Entretanto, independente do juízo que se possa tecer sobre a reflexão do pós-moderno, para não cair no campo das negativas estéreis, é forçoso reconhecer que o que se gerou a partir da década de 70 do século XX foi, no campo teórico, um sentimento de insuficiência em relação a conhecidas linhas de pensamento da modernidade, na tentativa de apreensão e análise da sociedade contemporânea.

E, diante da repetida manifestação disso, que Rouanet chama de “consciência da ruptura” (ROUANET, 1987), não tardou a se estabelecer o debate acerca da existência ou não de um “pós” em relação à modernidade. Em outras palavras, o que se questionava era se haveria de fato uma superação dos modelos da modernidade ou se esse sentimento seria fruto de um movimento crítico interno a ela mesma.

O próprio Rouanet distingue que, à ordem fundada pela racionalização ou modernização, contrapunha-se, nos marcos do debate colocado no final do século XX, uma pós-modernidade assinalada pelos desdobramentos resumidos a seguir:

Em suma, e sem entrarmos por enquanto no mérito dessas posições, teríamos uma pós-modernidade social que se manifesta, no plano do cotidiano, por uma onipresença do signo e do

simulacro, do vídeo e da hipercomunicação; no plano econômico, por uma planetarização do capitalismo (com suas correspondentes manifestações superestruturais, inclusive a cultura informatizada), e, no plano político, por um Estado que busca no passado modelos de uma inocência perdida e por grupos segmentares que explodem em mil estilhaços o campo da política moderna.” (ROUANET, 1987, p.238)

O essencial das formulações do pós-moderno, portanto, remetia à crise dos paradigmas modernos, das “grandes narrativas”, das tentativas de produzir uma interpretação mais global dos fenômenos sociais e culturais. Não faltaram também, por outro lado – e em um debate que não se pode aqui reproduzir largamente –, os que apontassem as insuficiências dessas teorias em vários aspectos, questionando desde as bases filosóficas e as relações históricas em que elas se engendraram, até a própria concepção de modernidade que faziam pressupor.

Talvez um dos aspectos mais relevantes dessa crítica seja o que diz respeito a uma tendência de homogeneização do passado em proveito de uma percepção específica do presente. Muitas das construções, marcadamente modernas, acerca do sujeito e de suas relações sociais, sofreram simplificações, quando, no afã de realizar a crítica da modernidade, se fez passar por monolítico o que na verdade foi, mesmo em seu tempo, incerteza e conflito.

De todo modo, mesmo que distante das formulações iniciais do espectro pós-moderno, cumpre identificar o modo pelo qual o debate teórico-crítico do período manifestou o sentido de ruptura, balizando as diversas

manifestações hoje caracterizadas como um “pós” em relação à modernidade ou ao modernismo. De fato, essa parece uma tarefa que se impõe à compreensão do momento social e cultural em que estão inseridas as discussões acerca da produção literária contemporânea.

Tendo em vista o diálogo específico que propomos com a literatura, selecionamos alguns aspectos desse debate, os quais, complementares e articulados entre si, nos parecem presença constante – sob as mais diversas formas – na ficção contemporânea e, mais ainda, sinalizam uma dada percepção de que vivemos em meio a uma crise, que se alastra pelos mais diversos domínios da vida humana: das identidades pessoais fragmentadas à perda de referenciais que hegemonicamente organizaram vida das sociedades no século XX.

Em *Modernidade líquida*, Zygmunt Bauman (2001) avalia o poder da mídia e da imagem sobre a imaginação coletiva e individual, na construção inebriante de um novo sujeito – não mais na condição de produtor, mas na de consumidor. Com a vida organizada em torno da compra, não há mais as normas que marcaram a dinâmica produtiva na modernidade, mas uma forma de liberdade orientada por desejos sempre crescentes e querer voláteis.

Assim, essa lógica do consumo explica grande parte do sentido de a repetida “morte do sujeito” conviver com o sucesso contemporâneo da obsessiva exposição da vida pessoal das ditas celebridades. Insistentemente veiculadas na mesma mídia que detém o poder de atestar a condição de célebre, a partir de critérios no mais das vezes comerciais, as experiências

individuais dessa modalidade de sujeito não constituem matéria de reflexão, mas “exemplos” que devem ser comprados, junto com o produto do anunciante, pelos milhões de consumidores/espectadores.

É uma forma solitária de configuração de atores individualizados que, longe de modalidades mais universais ou inclusivas de cidadania, sentem uma “necessidade desesperada de fazer parte da rede”. Nesse sentido, aponta ainda Bauman,

Compartilhar intimidades, como Richard Sennett insiste, tende a ser o método preferido, e talvez o único que resta, de “construção da comunidade”. Essa técnica de construção só pode criar “comunidades” tão frágeis e transitórias como emoções esparsas e fugidias, saltando erráticamente de um objetivo a outro na busca sempre inconclusiva de um porto seguro: comunidades de temores, ansiedades e ódios compartilhados (...). (BAUMAN, 2001, pp. 46-7)

Analisando os componentes desse contexto em obras de arte, Jameson define o “esmaecimento do afeto”, decorrência mais evidenciada do gosto pelo decorativo e aleatório que seduz a pós-modernidade. Tal fenômeno não significa, naturalmente, uma ausência integral da sensibilidade humana, mas que sua expressão sai da cena central, à qual ascendem ícones da fragmentação contemporânea em forma reificada de pastiche. Questões em torno da existência e da alienação do homem interessam tanto ou menos que o último formato das campanhas publicitárias, visto integrarem todas, sem hierarquia ou precedência, o mesmo turbilhão da vivência contemporânea.

Em um mundo no qual o fluxo histórico da existência perde sua autoridade na interpretação da própria vida, as relações são estabelecidas de modo precário, presididas pela inconstância dos “jogos” em que a representação do sujeito seria apenas um elemento. É, de fato, a partir dessa perspectiva que proliferam as teorias sobre a preponderância do significante e da “esquizofrenia” com que tal representação dialoga. Jameson, apoiando-se nas considerações de Lacan, descreve a esquizofrenia como ruptura da cadeia de significantes, isto é, das séries sintagmáticas encadeadas de significantes que constituem um enunciado ou significado, formando um amontoado de representações materiais distintas e não-relacionadas, eternamente presentificadas pela impossibilidade, também, de resgatar o vínculo entre presente, passado e futuro, em torno do qual costumamos organizar aquilo que reconhecemos como identidade. (JAMESON, 2004, p.53)

O ideal ético de um modo de vida molecular e esquizofrênico, em parte celebrado pelo discurso pós-moderno, constitui ainda uma acomodação ao formato de um cotidiano amplamente dominado pela reificação, em muito beneficiada pela dimensão abertamente antiutópica que se busca imprimir às mentalidades contemporâneas. O caráter transitório e fugidio das relações precárias mantém um diálogo privilegiado com a chamada crise das utopias, que haviam se firmado por seu sentido claramente coletivo e orientado para um porvir planejado e durável.

Terry Eagleton, em *As ilusões do pós-modernismo*, refere-se a um fenômeno que ele caracteriza como uma série difusa de políticas de

identidade sobrepondo-se à conhecida política de classes. Ele acrescenta ao cenário o domínio dessas formas de compreensão do contemporâneo, o dado do sentimento de derrota que inegavelmente ronda os movimentos anticapitalistas em uma fase tão triunfalista do capitalismo global (pelo menos a que se viveu até a crise financeira dos EUA, fato posterior ao livro). Para o autor, esse elemento explica em parte o movimento em direção às margens do sistema como forma de sobrevivência e racionalização da impotência:

Se questões abstratas de estado, categoria, modo de produção e justiça econômica mostraram-se por ora muito difíceis de solucionar, sempre podemos desviar nossa atenção para algo mais familiar e imediato, mais sensível e particular. (EAGLETON, 1998, p.25)

Daí, conclui o autor, o campo fértil para a ascensão do corpo como “protagonista teórico”, para o entendimento de que a linguagem e a textualidade constituiriam território de liberdade residual, para a supervalorização do significante: “(...) tudo isso poderia de imediato apresentar-se como uma forma inusitada e revigorada de política, e como um substituto atraente de energias políticas bloqueadas, um simulacro de iconoclasmo numa sociedade politicamente quiescente.” (EAGLETON, 1998, p. 25)

Em um diálogo crítico com o formato da vida contemporânea, é preciso desvelar uma concepção dominante de democracia que, longe de qualquer expressão de acordo coletivo, traduz-se em uma sensação de liberdade de escolha, não só encobrindo o recorte de classe social, como

também, para muitos ideólogos do pós-moderno, orgulhando-se de ter nascido do vazio deixado pelos movimentos sociais que se estruturaram em torno da dinâmica das classes. Mais ainda: são construções feitas a partir de uma expressiva perda da identidade dos trabalhadores como classe, resultado imediato não do fim das iniquidades sociais, mas de uma reestruturação do sistema produtivo e de novas tecnologias, que arrastaram para o desemprego e para a ocupação temporária enormes contingentes de pessoas, descartadas em nome da nova ordem mundial. Conclui, Jameson:

Por essa via, fica um pouco mais claro por que a visão alternativa de que os pequenos grupos, de fato, substituem a classe trabalhadora em via de extinção acaba permitindo que essa nova micropolítica seja usada para uma celebração obscena do pluralismo e da democracia do capitalismo contemporâneo: é o sistema se rejubilando por produzir quantidades cada vez maiores de sujeitos estruturalmente não-empregáveis. (JAMESON, 2004, p. 323)

Um outro aspecto central do sentido da crise contemporânea diz respeito às formas de existência do nacional, conceito-chave na estruturação do homem moderno. Em superposição à ampla e histórica disseminação do nacional ainda garantida por toda uma tradição de ufanismo, é importante notar que hoje a rede de complexas relações em que esse tipo de identidade se encontra aparentemente diluída na experiência contemporânea da chamada “globalização”, em meio à ofensiva de revisão a que parecem expostas todas as formas gerais de identificação na atualidade. Trata-se de uma vivência social na qual o indivíduo é reconhecido como sujeito do consumo e não da história, na qual tudo parece tocado pelas mãos da velocidade e do desgaste

presumido, na qual formas peculiares de produção capitalista projetam sua característica de instabilidade sobre o cotidiano do homem comum (na forma do desemprego estrutural e da sempre anunciada crise), e na qual, enfim, a ideia de fazer parte de uma nação perde-se do sentido emancipatório proclamado na gênese dos Estados, sob a batuta do liberalismo então ascendente.

Pensando mais especificamente nas representações de nossa cultura, por certo não há mais hoje nem disponibilidade nem lugar confortável para a ideia de um Brasil paradisíaco e promissor, cristalizada no plano da cultura e mesmo das instituições políticas e sociais ao longo da história de nosso Estado-nação. Esse fenômeno, esse abalo – em muito permitido, no caso da literatura, pela releitura crítica que o Modernismo propusera –, não pode, nos tempos contemporâneos, ser interpretado apenas pelo princípio comum dos “deslocamentos” de sujeitos e coletividades por eles erguidas, no processo de construção simbólica. Vários outros elementos, como se apontará nas obras escolhidas como *corpus*, participam da “extensão desses dias tão mancos”, nas palavras de Baudelaire citadas como epígrafe.

A narrativa contemporânea: Luiz Ruffato, João Gilberto Noll e Ronaldo

Lins

Buscando um diálogo com algumas produções significativas de nossa ficção recente, é importante notar, mesmo que de forma abreviada, de que

modo alguns dos elementos centrais da experiência social brasileira se apresentam em temas e formas de narrar. As obras representam aqui um meio de investigação, no universo específico da linguagem artística, de vários dos elementos que podem ser identificados como componentes da percepção contemporânea do que seja nossa crise.

Da leitura em conjunto de romances dos três autores aqui tomados como foco, salta a apreensão de uma vivência estilhaçada, precarizada e, no fundo, extremamente solitária, denotando uma leitura onipresente da derrota dos projetos de identificação e coletividade que outrora embalaram parte significativa do imaginário da sociedade ocidental e, mais especificamente, da sociedade brasileira.

É possível, por exemplo, perceber que a temática do indivíduo descartável – de certo modo contrária às promessas da modernidade – vem, de fato, frequentando a escrita dos nossos romancistas. A insistência do tema aparece como uma espécie de contraface da celebração das diferenças, uma vez que, independente da percepção que cada autor (ou leitor) tenha do que seja crise, é inegável que diferença, nas obras aqui citadas, vem acompanhada não de uma aura do pitoresco, mas do sentido da exclusão ou da impotência. Trata-se de um traço que inequivocamente assinala a condição periférica do Brasil – que sequer chegou a cumprir as tarefas do estado do bem-estar social –, ressignificado no universo da literatura.

E, na exposição dessa lógica do descarte dos excluídos, em tudo contrária à aura da democracia neoliberal, no apontamento das ruínas dessa

autocelebrada pluralidade do capitalismo contemporâneo a que se refere Jameson, Luiz Ruffato é, sem dúvida, um autor fundamental. Em *Eles eram muitos cavalos* (2001), a extrema precarização das condições de vida é desvelada em um passeio por cômodos superlotados, ambientes desmazelados e cenários diversos de exclusão social, alimentando um ceticismo que também salta dos fragmentos que tematizam os incluídos: incerteza, impossibilidade do estável, solidão, morte, despedidas. No centro do poder, a corrupção, um prefeito que proíbe aos funcionários que lhe olhem nos olhos, a asserção cínica do personagem que diz ser preciso “reinventar uma civilização” (p.37).

Por toda parte e em meio ao que seria a própria diversidade dada pelos fragmentos, a figuração de indivíduos destituídos, no fundo, daquela liberdade empreendedora que movia o sujeito transformador e todo um projeto que se proclamava democrático. Essa desconstrução do discurso liberal/neoliberal, entretanto, não se faz acompanhar de um tom redentor, ancorado na denúncia. Longe da redenção pessoal do miserável Jean Valjean, as tristes figuras de Ruffato não refazem seu caminho nem se tornam promotoras da justiça social: são levadas de roldão em uma intensificação do desenraizamento, da destruição das identidades, da pulverização de projetos mais abrangentes ou de busca de uma cidadania plena.

E, se a técnica da colagem de fragmentos sugere de imediato algo da velocidade da existência moderna, como várias outras obras já fizeram, por outro lado ela compõe sobretudo o sentido presente do esgarçamento de um

tecido social que, idealizado pelo contrato social iluminista, se perde nas agruras desta sociedade em que imperam as muitas formas de exclusão e desencontro. São todos seres humanos comuns, cujos dramas não interessam especialmente a ninguém, mas que, tomados na perspectiva panorâmica e vertiginosa em que se apresentam, dizem algo acerca da precarização de nossa experiência contemporânea.

Dessa precarização participa também o personagem central do romance *O quieto animal da esquina* (1991), de João Gilberto Noll. Excluído, desempregado, morador de uma habitação tão inacabada quanto as tarefas da modernização brasileira, anônimo e poeta. Primeiro, escrevia versos enquanto procurava, em vão, emprego pelas ruas de Porto Alegre. Depois, em sua trajetória errante, o ato de escrever se guardava como um potencial inesperado de expressão e criação com o qual, de algum modo, o personagem sobrevive à sua progressiva acomodação e silenciamento, em uma história feita por outros sujeitos, seus benfeitores estrangeiros, que o adotaram em uma relação tocada por violento desespero.

Experimentando a condição dúbia de excluído de um processo histórico que ele se limita a observar e, ao mesmo tempo, protegido por um casal que em tudo lhe era estranho, o personagem vê suas escolhas se limitarem. A figuração do alheamento, que acompanhara sua trajetória desde a passagem pela polícia até a contemplação distante de um comício em Porto Alegre, revela a ausência de perspectiva de intervenção desse sujeito, que, entretanto, guarda alguma consciência revelada como um relampejo cujo

desespero emerge na cena final. Pressionado pela vizinhança inegável da ruína e da miséria, o personagem caminha para outra forma de abismo, de rendição, de perda de identidade, tragada por um jogo algo cruel de seus benfeitores.

Como forma final de resistência, ainda que vã, um grito, signo da redução ao mais elementar das possibilidades humanas de expressão. Companheiro do grito da famosa tela de Munch, no ato do personagem sobrevivem resquícios de um sujeito que, se nunca fora totalmente centrado ou uno, percebe-se agora em um desamparo ainda mais avassalador.

Foram-se as promessas de bem-estar, dos direitos que fariam valer a pena o contrato social e entrou em cena um mundo de incerteza estrutural, de desligamento e alheamento de tudo que possa parecer a história dos homens, em prol de uma história e de uma política que, centrando-se nos microcosmos, obliteram a existência, por todo lado, de uma exclusão igualmente massificadora, homogeneizadora. Os muitos cavalos do livro de Ruffato e o personagem anônimo de Noll experimentam esse sentimento de crise, com o qual ambos os projetos literários parecem mesmo dialogar.

Da crise do indivíduo em sua experiência social participam também formas de pertencimento que serviram de referência na modernidade, especialmente aquela referente à nação, conceito que, da forma que o concebemos genericamente hoje, foi engendrado e consolidado no interior do modo de ser moderno.

Com efeito, as transformações divisadas no mundo contemporâneo e a ofensiva de um tipo de pensamento que busca pôr em xeque alguns dos esteios da vida das sociedades nos últimos séculos, atingem em cheio o Estado-nação, um dos fundamentos da experiência moderna, em especial no que concerne à configuração do indivíduo-cidadão. Se tomarmos a Eric Hobsbawm a ideia de que “a característica básica da nação moderna e de tudo o que a ela está ligado é a sua modernidade” (HOBSBAWN, 1990, p.27), abrimos a possibilidade de compreender a questão nacional como uma das mais importantes matrizes que compuseram uma auto-imagem do ser moderno, do cidadão que integra um corpo de soberania coletiva, politicamente expresso pelo Estado.

E desse aspecto da crise, desse caráter problemático, nutre-se a narrativa de *Jardim Brasil: conto*, romance de Ronaldo Lima Lins, publicado em 1997. Ambientado no Brasil de fins do século XX, na derrocada do governo Collor, a narrativa fala dos descaminhos de um brasileiro comum, Leocádio Banao, em meio às ruínas de um convívio urbano, em que as possibilidades do indivíduo parecem reduzidas e a utopia resulta sempre precária. Longe da imanência, a vida comporta uma experiência fragmentada, a vivência coletiva é a ruína e a intimidade do sujeito plenamente historicizado não representa refúgio.

Analisando mais detidamente a tematização do nacional, sugerida pelo título *Jardim Brasil*, fica claro que o sentido de crise não se esgota nos descaminhos do sujeito, uma vez que dela participam experiências que se

propunham coletivas. Em um jogo original de interrelações, se as epígrafes da Carta de Caminha projetam obviamente o tema, a seqüência da narrativa não corrobora expectativas abertas (mesmo que no campo ficcional) de rediscussão acerca da identidade nacional. A tarefa de decifração que parece sugerida pela linguagem dos fragmentos da Carta, em português do século XVI, faz-se igualmente necessária na sondagem do tratamento dado às configurações do Brasil.

No curso da narrativa, o conjunto das desventuras dos personagens obstrui a temática mais imediata da nação, visto que aquilo que emerge da leitura são as imagens superpostas de ruínas algo pessoais, algo coletivas, pouco direcionadas a questões mais específicas em torno do nacional. Essa forma de abordar o nacional justifica-se, naturalmente, pelos vínculos mais gerais que ele estabelece com o fenômeno moderno (conforme já apontado), mas revela também que o sentido lançado pelo título, ao se dispersar pelos episódios do livro, estabelece uma correlação com as reduzidas possibilidades de ação do indivíduo Banao, no turbilhão que o rodeia e sufoca. Afinal, a nação não pode mais constituir o propósito do sujeito, porque este não se encontra em condições históricas e políticas de uma construção tão ambiciosa, tão para além daquilo que ele divisa como possibilidade de dar sentido à existência.

Sem Idade de Ouro, sem utopia de retorno, contar o Jardim Brasil significa, portanto, falar do fragmentário, do descontínuo, de dadas origens que nos vinculam à modernidade ocidental, em um contexto em que o tema

do nacional é apenas parte do problema. Não é de se estranhar, por conseguinte, que, no curso inacabado da viagem circular nessa terra de contornos sociais contraditórios, conflituosos, a referência ao “Jardim Brasil” do título apareça exposta apenas na parte final do livro:

Não tolerava o lá de cima, o do Jardim Brasil. Assim denominavam a cobertura de terraços floridos. O elevador registrava o nome, em destaque, no alto dos botões, um exercício poético da incorporação. As tentativas de mudá-lo esbarraram num monte de empecilhos e na oposição do prejudicado. Um jardineiro adubava os canteiros e lhe regava as plantas. Vivia só. Um deslocado. No banco traseiro do automóvel, enterrava a cabeça no jornal e apagava o resto da cidade, inclusive o motorista negro. Os de baixo tratavam-no com frieza. E havia sempre...(LINS,1997, p.198)

A utopia edênica do Jardim Brasil – tradição inaugurada pela Carta de Caminha – é mostrada como um exercício poético de construção (da “incorporação”), que, fixada pela força da tradição (opostas às tentativas de mudança), conduz à solidão, ao isolamento. O deslocamento (“um deslocado”) de qualquer paradigma de segurança identitária, reafirmado por outros elementos da construção do texto – inclusive o de não tematizar de modo mais explícito a nacionalidade –, sugerem uma visão de Brasil em diálogo com as ruínas da modernidade, em que diversas temporalidades não de se encontrar.

Várias das fórmulas dos teóricos do nacionalismo atualizam-se ou são superadas no ritmo da desconstrução a que a contemporaneidade parece

submeter antigas formas de reconhecimento. Com os limites geopolíticos já cristalizados para a maior parte do globo (embora não de forma imutável), alguns dos princípios que garantiriam a existência do nacional encontram-se expostos, em sua precariedade, na narrativa de *Jardim Brasil*. O que, por exemplo, garante, entre os personagens do romance, a “unidade política dos cidadãos” preconizada por vários formuladores do Estado-nação? Na verdade, apenas a condição de espectadores do teatro bufo do fim do governo Collor, ou ainda de sobreviventes em meio à insensibilidade e à precariedade generalizadas, muito longe da “vontade geral” e do “bem comum”, evocados pela lógica contratualista, que se proclamara na formação de boa parte das nações européias.

Algumas outras obras poderiam ser citadas nesse rumo específico de investigação da crise contemporânea, que apontam para os vazios da contemporaneidade, não como substitutos promissores de uma totalidade moderna, mas como precariedades de uma experiência humana e social que se ligam às condições históricas de nosso tempo. Sem idealização do passado nem euforia com o presente, as subjetividades debatem-se em uma experiência coletiva que naturaliza o desamparo – necessidade estrutural dos tempos neoliberais –, expondo as muitas fraturas que, se participam da constatação da falência de muitos projetos da modernidade, não autorizam, por conta disso, nenhuma celebração.

A rápida análise desenvolvida em torno dos três romances ressalta, por fim, um tatear do terreno movediço, no qual as ruínas do passado e do

presente se apresentam a um sujeito que parece se ver destituído da capacidade de intervir. A ficção empreende, portanto, uma tarefa reflexiva, de sondagem de caminhos, tal como o campo da crítica e da teoria. São investigações de uma crise que, se nunca deixou de existir, porque nunca se viveu de fato uma era de ouro, se realimenta e se metamorfoseia na velocidade que a era da informação digital e do capital volátil parece imprimir à vida dos homens e de suas sociedades.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade líquida*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas* (vols. I, II e III). Trad. José Carlos Barbosa et. al. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- EAGLETON, Terry. *As ilusões do pós-modernismo*. Trad. Elisabeth Barbosa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. trad. Adail Sobral et al. São Paulo: Loyola, 1992.

HOBBSBAWN, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Programa, mito e realidade. Trad. Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo*. A lógica cultural do capitalismo tardio. Trad. Maria Elisa Cevasco. São Paulo: Ática, 2004.

LINS, Ronaldo Lima. *Jardim Brasil: conto*. Rio de Janeiro, Record, 1997.

LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. Trad. Ricardo C. Barbosa. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

NOLL, João Gilberto. *O quieto animal da esquina*. Brasília: Francis, 2003.

ROUANET, Sérgio P. A verdade e a ilusão no pós-modernismo. *In: _____*. *As razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

RUFFATO, Luiz. *Eles eram muitos cavalos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.